



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007955-14.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **LUCIA MARIA GOMES DE ALMEIDA**
 Requerido: **ABREU CONSULTING FACTORING E FOMENTO MERCANTIL e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra protesto lavrado em seu nome pelos réus, alegando que desconhece a emissão da duplicata que lhe serviu de lastro e que nada deve aos mesmos.

Ressalvando que a medida foi por isso indevida, almeja à sua exclusão, à declaração de inexigibilidade da dívida e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A matéria preliminar arguida pelo segundo réu em contestação não merece acolhimento.

O processo é à evidência útil e necessário à finalidade perseguida pela autora, residindo aí o seu interesse de agir.

Por outro lado, estão presentes as demais condições da ação e inexistente vício de natureza formal que comprometa a apreciação da causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

Por oportuno, destaco a falta de irregularidades quanto à representação do segundo réu, especialmente porque não há indicação segura de que os documentos coligidos a propósito sejam insuficientes para tanto.

No mérito, o segundo réu não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora.

Limitou-se a tecer considerações genéricas, sem ligação alguma com a controvérsia estabelecida no feito, de sorte que nada contrapôs a ela.

Já a primeira ré sustentou a legitimidade do protesto em apreço, porquanto a autora faz parte do quadro societário da empresa Sandré Gás Instalações e Manutenção para Gás Ltda., com quem em diversas oportunidades implementou operações de fomento mercantil.

Deixou claro que a dívida teria origem aí.

Todavia, não assiste razão à primeira ré.

O contrato de fls. 45/56 foi efetivamente firmado com empresa de que participava a autora, mas esta, enquanto pessoa física, não integrou essa relação negocial nem mesmo como fiadora, como se vê a fl. 45.

Ainda que se reconheça a validade desse contrato, o que, aliás, refoge do âmbito de apreciação da lide, é incontroverso que a autora não contraiu em nome próprio nenhuma obrigação em função do mesmo e, em consequência, não poderia suportar pessoalmente os reflexos dele oriundos.

A conjugação desses elementos conduz ao reconhecimento de que inexistia lastro a sustentar o protesto trazido à colação, impondo-se assim sua sustação definitiva.

Outra é a solução para o pleito de ressarcimento dos danos morais invocados pela autora.

Não obstante se reconheça que o indevido protesto renda ensejo a isso, os documentos de fls. 12/13 e 19/20 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que a autora ostenta diversas outras pendências além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravos Regimentais no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. ARI PARGENDLER, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se acolhe, bem por isso, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e para determinar a sustação do protesto aludido a fls. 02/03.

Torno definitiva a decisão de fls. 04/05, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**